

O Acre de Chico Mendes — II



Na terra onde não se chega aos mandantes

Zuenir Ventura

XAPURI, AC — O delegado estava certo de que poderia entrar para a História. Na porta da modesta pensão que só uma ousada licença poética a autoriza a se chamar de Venezia Hotel, Nilson Alves de Oliveira, responsável pela Delegacia Geral de Xapuri, aguardava os seus interlocutores: os dois jornalistas e o advogado. Eram 9 horas da manhã de um domingo e o delegado se permitira dormir até um pouco mais tarde. Com os cabelos ainda molhados cobrindo uma cabeça nordestina solidamente sustentada por um curto e grosso pescoço, Nilson lembrava o ator Othon Bastos. Contido, o delegado, só esboçou algum ar de satisfação quando o jornalista Edilson Martins, já seu conhecido, lhe fez um agrado:

— Você tem que exigir que o seu personagem no filme seja feito por Othon Bastos.

Nestas últimas semanas, no eixo de 180 km que vai de Rio Branco a Xapuri, qualquer pessoa entenderia a referência a o filme. A incrível presença de estrangeiros na capital do Acre em fins de março, durante o II Encontro dos Seringueiros e dos Povos da Floresta, o movimento dos bares e hotéis e sobretudo o leilão dos produtores disputando em milhares de dólares o direito de filmar a vida de Chico Mendes, têm dado a Rio Branco e a Xapuri o aspecto de um festival de cinema. Quem sabe não estaria começando, 100 anos depois do Ciclo da Borracha, o Ciclo do Cinema?

Alguém deveria estar filmando o filme do filme. Pode ser uma maldade o que estão fazendo com o povo dessas terras que Márcio Souza tão bem entendeu. No Estado da miração — onde, ao que se diz, uma em cada três pessoas toma o Dalme — propício a visionários como Galvez, Plácido de Castro e mesmo Chico Mendes, nessas florestas de solidão, não se sabe o que pode estar acontecendo com a imaginação e o desejo de pessoas simples, muitas das quais já olham para o gravador e a máquina fotográfica como se estivessem olhando para uma câmera.

Uma noite, pouco depois do final do Encontro, numa mesa do Caxinawá, um badalado bar do Baixo Leblon de Rio Branco, o americano Steve Schwartzman, do Environmental Defense Fund, uma entidade ambiental, contava como ele próprio estava sendo assediado pelos produtores patricios com tentações como esta:

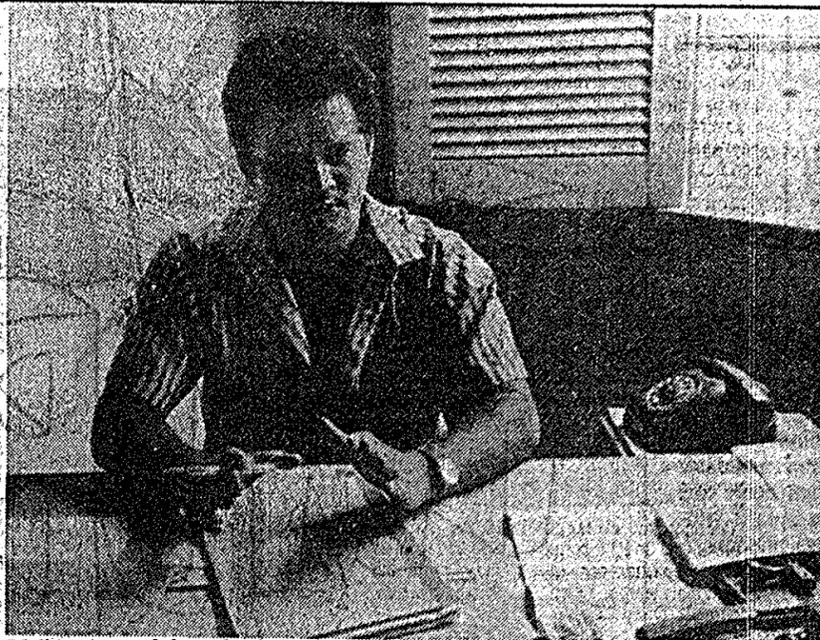
— Estamos pensando para o seu papel em convidar Dustin Hoffman, que que você acha?

A antropóloga Mary Helena Allegrette, amiga e colaboradora de Chico Mendes, também recebeu semelhante insinuação:

— O seu papel tem que ser feito por Sigourney Weaver (a antropóloga de *Nas montanhas dos gorilas*).

Se estão fazendo isso com pessoas que sabem se defender, o que dirá com os seringueiros?

Mas naquele domingo, 2 de abril, Xapuri



Nilson, um delegado com vontade, mas sem sustentação política

estava tranquilamente entregue aos seus cinco mil habitantes urbanos.

Depois de ver o desfile de missas no Programa Silvio Santos e um violento filme de caratê, o delegado dormira uma noite sossegada e naquele momento nos convidava a subir ao segundo andar do hotel, onde mora no quarto 7, para, na varanda, conceder uma entrevista para não ser publicada.

Revelando segurança e um surpreendente conhecimento técnico das fases do inquérito, o delegado falou durante duas horas sobre providências para faltar, prender os fúgitivos Alvarino e Oloci Alves, e sobre sua esperança de chegar aos mandantes do assassinato de Chico Mendes.

Ele tinha suas justas queixas em relação à precariedade de recursos — o seu sonho, o mesmo de H. Neto, se resumia a conseguir uma *voadeira* e um jipe Engesa. Ostentava, contudo, a certeza do que chamava de "destino histórico" a ele reservado. Sabia que o fato de ter entre as grades Darli Alves, autor confesso da morte, e seu pai Darli, inimigo de Chico, não respondia à pergunta que o Brasil e o mundo continuam fazendo: quem matou Chico Mendes?

Não teve dificuldade em admitir o envolvimento de pessoas influentes no crime, mas cautelosamente evitou citar nomes, alegando com razão que é fácil acusar pelos jornais, mas difícil apresentar provas à Justiça, que é sua obrigação. A certeza, porém, de que chegaria a isso fazia crer que ele tivesse mais trunfos do que estava disposto a revelar naquela entrevista.

Pressionado triplamente pelos entrevistadores, o delegado se esquivava espertamente e só demonstrou alguma fraqueza quando seu ego esteve diante dessa observação:

— A primeira parte dessa história teve um herói, Chico Mendes; a segunda pode ter um outro, o senhor.

Nesse momento, Nilson Alves de Oliveira, o *Sheriff of Xapuri City*, se viu nas telas. E resolveu aceitar um tipo de jogo que repórteres metidos a espertos costumam propor a entrevistados relutantes em citar nomes:

— Vamos dizer os nomes e o senhor só vai dizer sim ou não, está bem?

Othon Bastos sentiu que aquele era o momen-

to em que poderia roubar a cena. Algo como um estalo iluminou-lhe o rosto, vitorioso:

— Mas vou dizer com a cabeça.

O perspicaz dr. Nilson sabia que, como gravador ainda não registra gestos, ele poderia responder às perguntas sem que amanhã, quem sabe, a eventual divulgação da fita pudesse condená-lo por inconfidência. O jogo dos espertos ia começar:

— João Branco?

A cabeça do delegado disse que sim e repetiu o gesto ao ouvir mais uns quatro nomes.

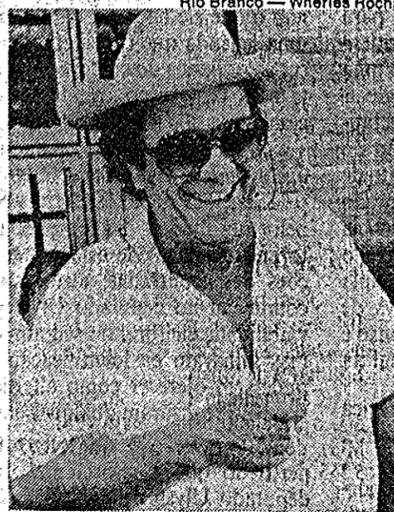
De todos, o nome realmente quente era o de João Branco, citado antes pelo garoto Genésio como freqüentador da fazenda do seu amigo Darli Alves. João Branco, como se sabe, é um dos proprietários do jornal *Rio Branco*, advogado de fazendeiros e ele mesmo um deles, membro da UDR e dissidente de Ronaldo Caiado, com quem rompeu por se sentir abandonado quando maiores eram as acusações de seu envolvimento na morte de Chico Mendes.

O seu nome como possível mandante anda de boca em boca no Acre — bocas de esquerda, claro. A direita ou finge que não ouve ou se irrita e pede provas. A esquerda insiste nas acusações. Por uma dessas, divulgada na *Folha de S. Paulo*, Fernando Gabeira fora descatado dias antes no restaurante do aeroporto de Rio Branco, um reduto da UDR. Pouco antes de embarcar para o Rio de Janeiro, de onde viera para o encontro, Gabeira comia no restaurante com alguns amigos, quando Branco se levantou de outra mesa e despejou sobre o pacífico líder verde toda a sua violência verbal:

— Você é um covarde, levanta, reage, seu filho disso e daquilo.

A claque de fazendeiros aplaudiu, mas Gabeira teve a serenidade de ouvir tudo calado e só quando o dedo do agressor chegou mais perto do seu rosto, dizem testemunhas, ele se deu ao trabalho de desviá-lo com a mão.

Na noite seguinte, no mesmo local, jantávamos com um secretário do Governo, quando se aproximou de nossa mesa um homem corpulento, simpático, cheio de cortesia para com os amigos do seu amigo, com quem conversou de pé alguns minutos. Quando se retirou, o nosso comensal



Branco quer ser ator do filme

disse quem era: João Branco. Parte da nossa mesa tremeu.

— Ele estava me explicando o que houve ontem com o Gabeira — informou o secretário. — Não foi nada do que os jornais disseram.

Durante algum tempo, o nosso simpático interlocutor procurou nos convencer que aquele gordo *bonachão* era incapaz de qualquer violência. Na mesa central, acompanhado de amigos e esposas, Branco esvaziava um litro de Logan, muito comum aqui onde, graças à proximidade com a Bolívia, pode-se beber uísque de primeira linha, autêntico e a NCz\$ 31,00 o litro de 12 anos, se comprados, por exemplo, em Cobija, vizinha de Brasília e aonde se vai atravessando uma fronteira seca quase invisível. Ali, além de uísque, alguém com dinheiro pode comprar também armas sem restrição. Semanas depois, com o cincasta Roberto Farias, iríamos confirmar a liberalidade do país irmão. A dona de uma casa de armas nos garantiu que poderíamos levar, sem problemas de alfândega, o que desejássemos na quantidade que quiséssemos: revólveres, pistolas e até mesmo Winchester.

— Ele bebe um litro por dia, 30 litros por mês — informou-nos o amigo de João Branco.

Fora esse vício, o advogado, segundo a generosa visão do amigo, era um virtuoso e só a *paranóia de esquerda* poderia colocá-lo na lista de suspeitos do assassinato de Chico Mendes.

O nosso interlocutor, assim como o governador com quem conversáramos antes, tinha uma grande admiração por Chico Mendes — pelo grande líder e pelo hábil político, por um homem com convicções tão sólidas que não rejeitava o diálogo, sobretudo com os adversários.

A caminho de Plácido de Castro para os festejos de comemoração dos 12 anos de emancipação da cidadezinha que homenageia o herói do Acre, Flávio Melo nos dissera:

— O mundo perdeu um ecologista, o Brasil perdeu um líder político e eu perdi um interlocutor querido, apesar de nossas divergências.

Os adversários políticos de Chico Mendes têm uma tese, aparentemente convincente, que naquele jantar, entre goles de um irresistível *Glenfiddich boliviano*, o nosso secretário de Estado de-

envolveu brilhantemente. Segundo ele, Chico Mendes não ameaçava os fazendeiros da UDR — até porque só o líder seringueiro era capaz de conter, com sua autoridade, os radicalismos estimulados pela ala xiita do PT junto aos trabalhadores rurais.

A morte de Chico teria sido consequência de uma desavença pessoal com um desclassificado pistoleiro. Diante da implacável perseguição de Chico Mendes, tentando colocar na cadeia um fugitivo com nove mortes nas costas, a reação do marginal acuado fora o assassinato.

Essa *desideologização* do crime, tentando transformá-lo num *fall-divers*, parecia à primeira vista irrecusável — se pudesse explicar as incongruências que cercam o episódio. Se é assim tão simples, e pode ser, ninguém sabe, por que não passar rigorosamente a limpo todas as pistas? Por que não investigar para valer?

O que espanta a quem passe aqui nem que seja um mês, sem *paranóia de esquerda*, é a insuficiência da apuração. Não se está falando nem da precariedade de meios — dos recursos básicos reclamados por H. Neto e Nilson de Oliveira —, mas da falta de uma coisa sem a qual um processo como este não avança: vontade política.

O assassinato de Chico Mendes tem uma originalidade. Poucas vezes uma vítima deixou um roteiro de investigação tão completo para a polícia. Por exemplo, um dos nomes que ele formalizou por escrito como suspeito de sua morte, tantas vezes anunciada, é o do antigo superintendente da Polícia Federal no Acre, Mauro Spósito. Alguém pode imaginar o delegado da cidadezinha de Xapuri — com esforço e até competência técnica, mas sem apoio político — enfrentando um subordinado do poderoso Romeu Tuma? É como o dr. Nilson mesmo diz: "No Brasil não é difícil identificar os executantes, mas os mandantes."

No primeiro contato com o dr. Nilson, ele nos pareceu um delegado competente e determinado. Nos outros dois ou três, ele não se mostrava tão certo do seu "destino histórico". No último, reclamava do isolamento a que está confinado pelo secretário de Segurança do Acre. Antes, quando Nilson não telefonava até as 9 horas, o secretário ligava cobrando delicadamente:

— Você não ligou para saber se eu dormi bem!

A sério, advertia: "O governador me liga todo dia cobrando, e o que eu tenho para transmitir é o que você me diz."

Há pelo menos um mês, o telefone da Secretaria de Segurança de Rio Branco não funciona na direção de Xapuri.

Da nossa mesa continuávamos ouvindo a gargalhada de João Branco. Algumas semanas depois, nos lembrariamos dela. Um dirigente da UDR avisara:

— João Branco aprontou mais uma confusão dessa vez contra o filme sobre Chico Mendes.

Branco estava disposto a entrar na Justiça para garantir, para si o papel de João Branco. Alegação: não há ator no mundo capaz de imitar a sua gargalhada. De fato, é uma gargalhada que, bem, só o cinema vai ter dificuldade de reproduzi-la, o que dirá um jornal. De qualquer maneira, é uma gargalhada enigmática: por falta de investigação, fica-se sem saber se é gargalhada de um inocente ou de quem está debochando da Justiça, que em lugar de procurá-lo vai ser procurada por ele.